

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA INSTALAÇÃO, ELEIÇÃO DA DIRETORIA E APROVAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS VALE DO ITAPECERICA - CIMMVI.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, nas dependências do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica - CIMMVI, na Rua Irmã Marta Morato, nº 241, Bairro Padre Libério, Divinópolis (MG), em atendimento ao Edital de Convocação assinado pelo Prefeito de Carmo do Cajuru, Sr. Edson de Souza Vilela - Presidente do CIMMVI, às 09:00 horas, em segunda convocação, compareceram: Presidente do CIMMVI e Prefeito de Carmo do Cajuru - Edson de Souza Vilela; Prefeito de Perdígão - Juliano Lacerda Lino (em ambiente on-line); Prefeito de São Gonçalo do Pará - Oswaldo de Souza Maia (em ambiente on-line); Prefeito de Lagoa da Prata, representado pelo Procurador do Município - Dr. Juliano Venâncio da Silva (ambiente on-line); Secretário Municipal de Meio Ambiente de Lagoa da Prata - Sr. Anderson Rodrigues Andrade (ambiente on-line); Marcelo Augusto Santos, Diretor Executivo do CIMMVI; Dr. Eduardo Araújo Freitas, Assessor Jurídico do CIMMVI. O Presidente do CIMMVI, Edson de Souza Vilela, fez a abertura da sessão, agradecendo a presença e o apoio de todos. Ato contínuo o Presidente do CIMMVI informou a ordem do dia, que consta do Edital de Convocação da AGE: a) Aprovação das diretrizes orçamentárias do exercício de 2025 do CIMMVI b) Aprovação dos valores e a forma de rateio para o exercício de 2025 do CIMMVI; c) Apresentação do planejamento da central de compras do CIMMVI; d) Apresentação e aprovação dos termos do contrato de programa de licenciamento ambiental do CIMMVI; e) projetos de PPP para os municípios consorciados f) outros assuntos de interesse do CIMMVI. Passando ao primeiro item da pauta, o Diretor Executivo apresentou a proposta de serviços a serem executados pelo CIMMVI no exercício de 2024 e 2025, compreendendo: licenciamento ambiental; central de compras, parcerias público-privadas de cidades inteligentes em modelo regional e serviços de terraplanagem e topografia. O Diretor Executivo sugeriu o início dos serviços de licenciamento ambiental ainda no exercício de 2024, visando a contratação da equipe técnica e regularização de toda a documentação necessária para firmar termo de cooperação técnica com a SEMAD. Reiterou o diretor que, caso se confirme a hipótese da adesão de 6 (seis) municípios ao Contrato de Programa de Licenciamento Ambiental (Conceição do Pará, Itapecerica, Pedra do Indaiá, Perdígão, São Gonçalo do Pará, Lagoa da Prata), o valor do rateio será de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais por município. Já para o exercício de 2025, o Diretor apresentou a estimativa de orçamento de R\$324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais). Foi ressaltado pelo Diretor Executivo do CIMMVI que o valor do rateio dependerá da adesão de no mínimo os 6 (seis) municípios, podendo ser os acima citados ou outro que ratificar o contrato de consórcio na respectiva câmara municipal. Foi ainda apresentado a necessidade de iniciar o serviço de licenciamento ambiental no ano de 2024, após as Eleições Municipais, para adiantar todo o processo de contratação de pessoal, regularização da legislação dos municípios, treinamento da equipe, elaboração e assinatura do termo de cooperação técnica com a SEMAD. Dando prosseguimento foi apresentado a Estrutura Administrativa e a Central de Compras do CIMMVI. Na oportunidade foi demonstrada uma estimativa de custos para o ano de 2024 e 2025. No ano de 2024 as

despesas do Consórcio de responsabilidade dos entes consorciados associados à AMVI já estão sendo subsidiados pela própria Associação. Para o ano de 2025 as despesas do consórcio devidas pelos entes consorciados serão transferidos por intermédio do contrato de rateio, celebrado entre todos os entes consorciados e aqueles que eventualmente aderirem a qualquer serviço prestado pelo consórcio. Foi destacado que, para o final do ano de 2024 e também todo o exercício de 2025, o município de Lagoa da Prata participará do rateio administrativo e dos demais serviços que fizer a adesão. O valor do rateio administrativo e da central de compras públicas no ano de 2024 será de R\$4.571,43 (quatro mil quinhentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos). A participação do rateio no ano de 2024 dependerá ainda da previsão orçamentária e aprovação da respectiva câmara municipal. Diante dos valores apresentados, foi apresentado o enorme potencial de ganho de escala para os municípios, confirmado pelo Presidente do CIMMVI, que confirmou que os valores estão muito abaixo do praticado no mercado para aquisição individual pelas prefeituras. Passando para os serviços de parcerias público-privadas e concessões de cidades inteligentes, ressaltou-se que a elaboração do serviço está em fase de estudos por parte do Consórcio, que utiliza de sua estrutura administrativa para tanto. Ademais, com a aprovação da resolução nº 006/2024, que regulamenta o procedimento de manifestação de interesse, definiu-se a possibilidade de diálogo com o setor especialista na área para desenvolvimento de estudos que demonstrem efetivamente a viabilidade econômica do projeto de cidade inteligente e da central de compras, a ser formalizada por edital de chamamento público, sem que isso represente qualquer compromisso ou custo para os municípios consorciados. Em relação ao serviço de Terraplenagem, Topografia e Projetos de Arquitetura atualmente prestados pela AMVI, serão objeto de deliberação em uma AGE a ser realizada após as eleições, possivelmente na 2ª quinzena do mês de outubro. Após as deliberações desta Assembleia serão definidos os elementos faltantes do orçamento e a consolidação dos valores finais do CIMMVI para o ano de 2025, quando então serão definidos os valores do contrato de rateio. Diante de todas as apresentações e ponderações o presidente do CIMMVI colocou em votação os assuntos tratados ficando definido o seguinte, por unanimidade entre os presentes: - Aprovação das Diretrizes do Consórcio: Ficou aprovado que o CIMMVI poderá prestar os serviços de Licenciamento Ambiental, Central de Compras públicas, Parcerias Público-Privadas e concessões de Cidades Inteligentes, Terraplenagem, Topografia e projetos de arquitetura. - Licenciamento Ambiental: Aprovado o valor de rateio de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), mensais por município proporcionalmente a adesão de 6 (seis) entes ao contrato de programa. Definiu-se também que, após as eleições, será encaminhado ofício ao município para a criação de crédito nas respectivas câmaras municipais. Ademais, ficou estabelecido que aqueles que já contam com os créditos aprovados na câmara irão celebrar o contrato de programa no valor supracitado. Estrutura administrativa e Central de Compras: O valor do rateio será definido após a AGE da AMVI. Ademais, decidiu-se também que os estudos de demandas regionais para aquisição de bens e serviços pela central, bem como sua digitalização em formato de marketplace será estudado por intermédio da abertura de procedimento de manifestação de interesse, sem que tal ato tenha por consequência custos adicionais para o ente consorciado; - Serviços de Terraplenagem, Topografia e projetos de arquitetura: As formas da prestação desses serviços e os seus respectivos

valores serão definidos após a AGE da AMVI. - Parcerias Público-Privadas e concessões de Cidades Inteligentes: aprovado desenvolvimento de estudos técnicos visando analisar a viabilidade técnica, econômica, jurídica e ambiental dos projetos por meio da abertura de procedimento de manifestação de interesse, sem que tal ato tenha por consequência custos adicionais para o ente consorciado. Ademais, ficou decidido que as prefeituras dos entes consorciados, em colaboração, irão responder a solicitação de dados para o desenvolvimento dos estudos econômicos que irão subsidiar a demonstração do ganho de escala na participação do consórcio. O Diretor Executivo do CIMMVI solicitou aos municípios que agilizem a tramitação da 1ª alteração do contrato de consórcio. Apenas 1 município retornou com a aprovação da alteração até o presente momento. O Presidente questionou os presentes sobre a existência de algum outro tema a ser deliberado. Não havendo qualquer manifestação, deu-se por encerrada a Assembleia. Nada mais havendo a ser discutido e deliberado, assinam a presente ata todos os prefeitos, procurador e demais presentes que participaram da reunião.

<p>Edson de Souza Vilela</p> <p>Presidente do CIMMVI</p> <p>Prefeito de Carmo do Cajuru-MG</p>	<p>Oswaldo de Souza Maia</p> <p>Prefeito de São Gonçalo do Pará</p>
<p>Juliano Lacerda Lino</p> <p>Prefeito de Perdigão-MG</p>	<p>Dr. Juliano Venâncio da Silva</p> <p>Procurador do Município</p> <p>Representando o Prefeito de Lagoa da Prata</p>
<p>Anderson Rodrigues andrade</p> <p>Secretário Municipal de Meio Ambiente de Lagoa da Prata</p>	
<p>Eduardo Araújo Freitas</p> <p>Assessor Jurídico do CIMMVI</p>	<p>Marcelo Augusto Santos</p> <p>Diretor Executivo CIMMVI</p>